

ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA SOB A ÓTICA DA MATRIZ EPISTEMOLÓGICA DE FARIA: UM ESTUDOS SOBRE ARTIGOS PUBLICADOS NO ENANPAD ENTRE 2009 E 2012

JOSÉ ALBERTO DE SIQUEIRA BRANDÃO

Universidade Federal de Pernambuco
albertobrandao@gmail.com

BEATRIZ GONDIM MATOS

Universidade Federal do Ceará
gm.beatriz@gmail.com

ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA SOB A ÓTICA DA MATRIZ EPISTEMOLÓGICA DE FARIA (2012): UM ESTUDO SOBRE ARTIGOS PUBLICADOS NO ENANPAD ENTRE 2009 E 2012

RESUMO

A pesquisa sobre administração pública brasileira tem avançado os últimos anos, sobretudo motivada pela inserção de novos modelos de gestão que surgem em contraposição ao modelo burocrático. Contudo, tais estudos não foram suficientemente capazes de antecipar os protestos recentemente observados, em que a população foi às ruas reclamar, dentre outros fatores, da qualidade dos serviços públicos ofertados. Surge daí o questionamento acerca da adequação epistemológica adotada nos estudos sobre administração pública com relação ao alcance da realidade vivenciada pelos cidadãos. Desta forma, o presente estudo tem como maior inquietação compreender a tipologia e o caráter epistemológico das pesquisas na área de administração pública nos últimos quatro anos. Para tanto, o corpus definido pelas publicações da área de administração pública dos anais do ENANPAD, subáreas “Organizações Públicas e as Funções Gerenciais” (2009 e 2010) e “Dimensões Intraorganizacionais das Organizações Públicas” (2011 e 2012), foi submetido a uma análise quantitativa e qualitativa seguindo a orientação de Bardin (2009), mediante o uso de análise de conteúdo. Com fundamento no modelo de classificação epistemológica de Faria (2012), os resultados sugerem a predominância das abordagens epistemológicas positivistas e funcionalistas nas pesquisas aplicadas na área da administração pública.

Palavras chave: administração pública, gerencialismo, abordagem epistemológica, funcionalismo, positivismo.

INTRODUÇÃO

A administração pública brasileira vem incorporando o conjunto de conhecimentos visando ofertar um serviço melhor qualificado à população. Contudo, os acontecimentos recentes nos conduzem ao entendimento que ainda não foram suficientes no alcance do que se propunha. A disseminação do *New Public Management* (NPM), baseado no modelo neoliberal, implantado em contraposição ao modelo burocrático vigente, ainda não conseguiu ser integralmente introduzido em todos os níveis de governo e, como se observa, tornou-se obsoleto frente às demandas sociais, cada vez mais intensificadas. Novas possibilidades tem sido discutidas, principalmente com a inclusão da população como ator importante no processo de formulação, implementação e disseminação de políticas públicas, visando tornar o Estado mais acessível às suas necessidades.

A preocupação acerca do entendimento do cenário acima exposto deve fazer parte da agenda científica nacional. Entretanto, ainda se observa reduzida quantidade de trabalhos acadêmicos desenvolvidos no intuito de compreender tal realidade vinculada à gestão pública. Neste sentido, visando expor uma classificação que permite uma melhor identificação dos trabalhos acadêmicos realizados na área da administração, Faria (2012) propôs uma matriz de análise epistemológica relacionando seis dimensões epistemológicas com três categorias de análise cada uma.

Diante da nova perspectiva gerencial na administração pública, e considerando o modelo de análise epistemológica de Faria (2012), esta pesquisa teve como objetivo compreender a tipologia e o caráter epistemológico das pesquisas na área de administração pública nos últimos quatro anos. Assim, o estudo em questão é uma pesquisa bibliográfica de natureza exploratória realizado a partir de um recorte sobre as publicações acadêmicas dos

seminários ENANPAD da área de Administração Pública e subáreas, respectivamente “Organizações Públicas e as Funções Gerenciais” (2009 e 2010) e “Dimensões Intraorganizacionais das Organizações Públicas” (2011 e 2012).

O corpus da pesquisa foi submetido a uma análise qualitativa e quantitativa, com categorias pré-definidas, seguindo as orientações de tratamento de dados propostas por Bardin (2009), cujas fases se organizam em três etapas: (1) pré-análise, (2) exploração do material, (3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Para a análise qualitativa, cada publicação foi analisada em termos de suas técnicas de pesquisa, método de investigação e produção do conhecimento a fim de classificá-la quanto às dimensões epistemológicas de Faria (2012): positivista, pragmatismo, funcionalismo, estruturalismo, fenomenologia e materialismo histórico. Quanto à análise quantitativa, adotou-se também categorias pré-definidas com o intuito de obter um panorama dos artigos em relação ao tipo de estudo; procedimentos técnicos utilizados; método de pesquisa abordado; técnica de coleta e análise de dados aplicada; abordagem epistemológica.

Inicialmente foi realizada uma contextualização da administração pública brasileira em relação aos seus fundamentos e perspectivas epistemológicas para, em seguida, abordar os modelos, as matrizes e os pressupostos de análise e classificação epistemológica adotados em pesquisas em administração. Na sequência, foi caracterizado o estudo e expostos seus procedimentos metodológicos, apresentados e discutidos os resultados e, por fim, tecida as considerações finais.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA: CONTEXTO, FUNDAMENTOS E PERSPECTIVAS EPISTEMOLÓGICAS

Os fenômenos sociais ocorridos no último mês de junho de 2013, em que o povo brasileiro exerceu a democracia, expondo abertamente sua indignação frente ao cenário político nacional, refletem um sentimento crescente de insatisfação perante o *modus operandi* da gestão pública no Brasil. A ampliação do acesso aos recursos tecnológicos e a elevação do patamar educacional proporcionado pela expansão do ensino superior no Brasil, levou a população, consciente de seus direitos, a clamar contra a precariedade na oferta dos serviços públicos. Movidos por ideais díspares e por vezes contraditórios, as pessoas passaram a atuar em formas institucionais tradicionais, não organizadas *a priori*, através da internet, com o intuito de reclamar, dentre outros fatores, acerca dos elevados gastos motivados pela realização dos grandes eventos, como a Copa das Confederações, em solo nacional. (NOBRE, 2013)

Tais características refletem aspectos apontados por Castells (1999), relativos à transformação decorrente da evolução tecnológica e avanço dos movimentos sociais, que possibilitam o surgimento e o fortalecimento de dinâmicas redes sociais. Este novo contexto se configura como um paradigma construído pela participação dos diversos atores sociais que atuam em função da facilidade da troca de informações e pelo conseqüente exercício do poder por parte dos indivíduos, que passam a se organizar em uma sociedade em rede. O momento histórico ora vivenciado ainda não permite a identificação nítida das conseqüências e dos impactos que proporcionará nas organizações e, por conseguinte, na própria Administração, razão pela qual ainda não foram alcançadas pela academia.

Hodiernamente, a Administração Pública é um tema amplamente discutido, onde são retratados casos de particularidades de países em diferentes níveis de desenvolvimento. No Brasil, especificamente, surge com o processo de colonização realizado por Portugal, que incorporou um conjunto de crenças e práticas sociopolíticas e culturais, moldando a gestão da república conforme características herdadas da corte lusitana. Desta maneira, os primeiros traços constituintes da administração pública que se afiguraram a partir das dimensões

expostas foram forjados por práticas características de um Estado personalístico, gerando uma estrutura de poder estamental. (FAORO, 2001; HOLANDA, 1984)

Assim, emana o modelo inicial da gestão pública brasileira, denominado patrimonialismo, marcado por uma relação híbrida entre Estado e sociedade que reforçam as disparidades institucionais presentes no campo do domínio público. Configura-se como uma forma de gestão patriarcal, dominada por um chefe mandatário que, fundado em seu livre arbítrio e na tradição, passa a dirigir o Estado conforme sua própria vontade. É nesse cenário que surgem algumas características peculiares à sociedade brasileira, como o nepotismo, o clientelismo e a corrupção, que ainda se encontram presentes nas ações da atual gestão pública, ao ponto de serem questionados pela massa nos protestos recentes.

O patrimonialismo se consolidou com tamanha profundidade nas raízes culturais de nosso país que perdurou após a constituição da república, vindo a influenciar o surgimento e o desenvolvimento inicial do capitalismo tupiniquim. Contudo, sua herança passou a ser questionada, especialmente com o advento do conhecimento científico em administração, focado na racionalidade (COSTA, 2012).

É nesse cenário que foi desenvolvido o pensamento weberiano, influenciado tanto pela racionalidade instrumental como pelo materialismo histórico, levando à identificação de três tipos de dominação presentes nas sociedades e, como consequência, nas organizações: patriarcal, carismática e racional legal. Ainda conforme Weber (1999), a burocracia é a forma de dominação que possibilita a conversão da ação comunitária consensual em ação associativa racionalmente ordenada. Ao ocultar a capacidade crítica de seus agentes, em detrimento das regras definidas, da divisão do trabalho e da hierarquia, direciona a organização no sentido da estabilidade, limitando sua capacidade transformacional. Assim, configura-se como resultante do processo de desenvolvimento dos demais modelos de dominação, passando a exercer sobre as demais uma condição de superioridade, no sentido de alcance da eficiência, tornando-se o modelo predominante nas organizações, inclusive as de natureza pública, ao longo da maior parcela do século XX.

No Brasil, frente aos descontentamentos e a incapacidade de se gerar desenvolvimento econômico e social a contento, o patrimonialismo passou a declinar, em face do modelo burocrático emergente. Ao longo de várias décadas o modelo burocrático imperou de modo incólume, sobretudo por possibilitar o crescimento econômico oriundo das atividades empresariais que ampliavam mercados, estimulando as organizações públicas a seguirem a mesma referência. No âmbito governamental, tal modelo foi adotado e reforçado durante a ditadura militar, elevando as críticas especialmente em função dos problemas ocasionados pela crise do petróleo na economia brasileira e também pelo crescimento dos movimentos sociais como contraponto ao processo ditatorial.

A partir de então, com o incremento dos avanços tecnológicos e a consequente globalização, passam a ser intensificadas as lacunas inerentes à aplicação do modelo burocrático em uma sociedade cuja história e cultura enfatiza relações pessoais e informalidade. Para Bresser-Pereira (2009), o Estado passou a assumir cada vez mais novos papéis sociais e econômicos que inviabilizaram a condução administrativa mediante o modelo burocrático. Ao mesmo tempo, despontavam novas formas de atuação na gestão pública, baseadas na perspectiva social liberal, destacando-se as que foram desenvolvidas no Reino Unido, durante o Governo Margaret Thatcher, e nos Estados Unidos, no Governo Ronald Reagan. Buscou-se adotar práticas gerenciais existentes no cerne da administração privada, incorporando-se um conjunto de ferramentas e modelos administrativos visando melhorar a eficiência dos serviços públicos, mediante processos de descentralização, desregulação, flexibilização e achatamento de estruturas.

Surge assim o que passou a ser denominado *New Public Management* (NPM), identificado pela busca de uma gestão profissionalizada, com o estabelecimento de objetivos e

metas, fixação de medidas de desempenho, direcionamento para o alcance de resultados, redução de gastos e de estruturas administrativas. Também foi enfatizada a necessidade de responsabilização dos gestores públicos, a partir da comparabilidade dos resultados com outras entidades e esferas públicas e da ampliação do controle social ou *accountability* (OSBORNE, GAEBLER, 1995).

A adoção dos princípios da NPM, que caracterizaram a gestão pública anglo-saxônica neste período, levou ao questionamento epistemológico, por parte de Guerra et. al. (2012), se efetivamente passaria a ser configurado como um novo paradigma frente ao modelo burocrático, considerando as correntes filosóficas lideradas por Thomas Kuhn e Karl Popper. A princípio, identifica-se uma congruência entre ambas as correntes filosóficas: a consideração de descontinuidade da ciência. Contudo, numa análise mais apurada, questiona-se o posicionamento entre dois pesquisadores que se projetam em caminhos epistemológicos diversos. Kuhn defende que a evolução do conhecimento científico ocorre de modo cumulativo, a partir de saltos proporcionados pelas revoluções científicas, e que a ciência está situada em contexto filosófico, psicológico e sociológico que precisa ser compreendido para que se possa entender a própria ciência. Popper, em posição antagônica, defende a não-cumulatividade científica, em um dinâmico processo de construção e desconstrução de conhecimentos reforçando a necessidade de objetividade do pesquisador e afastando qualquer aspecto subjetivo, considerando-o apenas como hipótese psicológica, reforçando o caráter autônomo e internalista da ciência. (POMBO, 2013; DUTRA, 2003)

Hochman (1994), a partir da leitura da obra de Kuhn, aponta que a revolução científica advém de situações em que os paradigmas vigentes se posicionam em um cenário de crise. Na visão deste egrégio filósofo, para fortalecer a ciência normal, um paradigma precisa, ao mesmo tempo, responder de modo convicto ao problema e possibilitar posteriores pesquisas que venham a permitir o progresso científico. Desta maneira, as mudanças que visam solucionar os problemas ocasionados pelo paradigma posto podem ocorrer de modo integral ou parcial, mas existe a necessidade de que ambos sejam incompatíveis.

Daí derivam alguns comentários à proposição anteriormente formulada, tendo em vista que a NPM, apesar de incorporar um ferramental específico e inovador para a gestão pública, advindo do meio empresarial, vem servindo aos mesmos preceitos estabelecidos pela burocracia, especialmente os relativos a adoção da racionalidade instrumental, como também em função do tipo de legitimação utilizado. Não haveria então a possibilidade de se considerar a existência de uma “pós-burocracia”, mas o reconhecimento de novos instrumentais que levariam a caracterização de uma burocracia tardiamente revelada. (MEDEIROS, 2006)

A disseminação do NPM no Brasil aconteceu principalmente ao longo da década de 90, implicando no surgimento de uma nova escola da administração pública: o gerencialismo. A ênfase principal desta proposta era a descentralização e a redução do tamanho do Estado, com a privatização de algumas empresas públicas. Diversas iniciativas contribuíram para a reconfiguração estatal, tais como a própria saída do Estado de atividades consideradas não essenciais, a venda de bens estatais, a privatização de serviços públicos, as parcerias público-privadas e, de outra maneira, ainda que complementar, pela tentativa de se buscar instrumentos gerenciais que possibilitassem àquelas organizações uma melhor adequação ao novo cenário (PAULA, 2005).

Na transição para o século XXI, a partir das contradições dos modelos burocrático e gerencialista, aliados às críticas formuladas ao modelo NPM, foi concebida uma nova modelagem que procura considerar a complexidade de administrar no âmbito governamental e da participação dos diversos atores sociais, visando tornar o Estado mais acessível às necessidades da população. A intensificação e o fortalecimento dos movimentos sociais que lutaram pela redemocratização do país fazem surgir a necessidade de ampliar a legalidade e a legitimidade das ações governamentais no seio da sociedade, cujos membros passam a contar

com acesso à informação cada vez mais ampliado em virtude da evolução das ferramentas de comunicação. Assim, ficaram estabelecidas as bases para a alvorada de uma nova administração pública, denominada gestão pública societal. Este modelo é identificado por exigir do gestor público uma capacidade de lidar com o poder de modo descentralizado, possibilitando que haja efetiva participação da sociedade na construção de objetivos e propostas a serem implementadas pelo Estado (MADUREIRA, RODRIGUES, 2006; PAULA, 2005).

Apesar de não estar plenamente concebido e ainda pouco empiricamente testado, o modelo de gestão pública societal busca ampliar a governança nas relações do Estado com a sociedade. Seus primórdios, no âmbito nacional, remontam as mobilizações contrárias ao regime militar ocorridas nas décadas de 60 e 70. A constituição de organizações não-governamentais (ONGs), criadas com o intuito de ampliar a participação popular nas decisões estatais e promover serviços públicos não realizados de modo satisfatório pelo Estado, intensificou-se na última década, passou a influenciar a atuação governamental.

Desta maneira, configura-se o modelo social-desenvolvimentista, em um projeto que transcende os limites dos aspectos administrativos para considerar o próprio desenvolvimento político nacional, considerando os princípios políticos da teoria da ação comunicativa de Habermas, ou seja, igualdade entre os indivíduos e democracia participativa. Todavia, ainda não existem estudos e pesquisas suficientes para o reconhecimento que de fato tal modelo tenha sido implementado em sua forma integral, restringindo o reconhecimento de possíveis conquistas advindas de sua implementação. (ABREU, 2010; PAULA, 2005; CAPOBIANCO et. al., 2013)

Ana Paula Paes de Paula (2005), pesquisadora da UFMG, realizou uma análise comparativa dos atuais modelos de gestão pública. Para tanto, utiliza de um conjunto de seis variáveis, a saber: origem do modelo; projeto político; dimensões estruturais enfatizadas na gestão; organização administrativa do aparelho do Estado; abertura das instituições políticas à participação social; e abordagem de gestão. Considera fundamental o entendimento acerca das três dimensões estruturais da gestão pública: a) econômico financeira, englobando questões de investimento e financiamento público; b) institucional administrativa, considerando os elementos necessários ao funcionamento das entidades estatais, inclusive os servidores públicos; e c) sociopolítica, compreendendo a relação Estado sociedade. Assim, a autora indica como distinção entre os modelos gerencialista e societal de administração pública que o primeiro concentra esforços com maior intensidade nas duas dimensões iniciais, enquanto a segunda foca sua atuação na terceira dimensão, firmando-se uma dicotomia entre política e administração que circunda o Estado contemporâneo.

Em trilha semelhante, Robert Denhardt (2012) propõe que as bases epistemológicas para o modelo emergente de administração pública, que denomina de *New Public Service* (ou Novo Serviço Público - NSP), sejam fundadas na teoria social interpretativa (ou teoria da ação), na teoria social crítica e na teoria pós moderna. As raízes filosóficas da fenomenologia de Edmund Husserl dão suporte à teoria da ação, que considera a subjetividade, centrada na experiência humana, como constituinte da realidade. Esta corrente defende que o ser humano é agente ativo do mundo social em que vive, residindo aí, segundo o autor, uma contribuição da fenomenologia para a administração pública, tendo em vista a reconciliação entre sujeito e objeto em um mundo compartilhado e intersubjetivamente compreendido. A teoria social crítica, por sua vez, contribui com a epistemologia voltada à administração pública a partir do entendimento de que a interação dos diversos atores sociais pode levar a uma construção coletiva da sociedade, de modo dialético, participativo, reforçando o caráter democrático na proposição e implementação de políticas públicas. Por fim, encontra na teoria pós-moderna um olhar mais esclarecedor acerca do papel do cidadão, transformando-o em um importante

ator social a partir do diálogo e da relação de mutualidade com os administradores públicos, reforçando a legitimidade das iniciativas e políticas na administração pública.

O contexto apresentado no início desta revisão de literatura reforça a preocupação de Abreu (2010), ao apresentar abordagem epistemológica fundada no discurso substantivo de Habermas acerca da administração pública frente à ampliação da democracia no seio da sociedade da informação. É necessário identificar os papéis a serem desempenhados e as competências requeridas do Administrador público brasileiro frente esta nova realidade que o cerca, com uma crescente crise de legitimidade democrática e uma sociedade cada vez mais informada. Questiona-se, por exemplo, se o Administrador público estaria preparado para a possibilidade de inserção do desejado consenso habermasiano, defendido por Denhardt (2012), numa perspectiva integradora e complementar, conciliando os interesses e fundamentos dos modelos de gestão pública hodiernamente existentes no ambiente de uma sociedade em rede.

Amplia-se ainda mais o debate com o presente artigo, buscando-se verificar se a academia, diante dos acontecimentos, conseguiu antever os fatos, apresentar estudos e desenvolver o campo epistemológico, trazendo soluções para o cenário de um Estado desconectado de seu cidadão, ou se, assim como este, também não acessou esta nova realidade em que está inserida, obnubilada pela colonização sistêmica baseada no utilitarismo presente na racionalidade instrumental weberiana.

O CAMINHO SE FAZ AO CAMINHAR: EM BUSCA DE UMA MATRIZ DE CLASSIFICAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Para o desenvolvimento do presente estudo, a revisão teórica deste estudo interpretou diferentes modelos para a análise de estudos epistemológicos, tais como os esquemas teóricos de Bruyne et al. (1977); Martins (1996); Zanchet, Marques e Martins (2011); Pombo (2013); e Faria (2012). Cada modelo apresenta suas peculiaridades, alguns compreendem reformulações teóricas de modelos preliminares. Os preceitos e classificação apresentados nestes esquemas teóricos podem ser úteis a aplicação em qualquer contexto/área de pesquisa.

Bruyne et al. (1977, p. 27) propuseram uma metodologia geral “capaz de estabelecer pontes entre as diversas disciplinas, pois os métodos são instrumentos suficientemente gerais para serem comuns a todas as ciências ou a uma parte suficientemente importantes dentre elas”. Desta forma, apresentam um modelo composto por quatro pólos, que visa assegurar a cientificidade das práticas científicas, a saber: epistemológico, teórico, morfológico e técnico.

O pólo epistemológico busca a compreensão e validação das teorias, além das condições necessárias à explicação dos fatos a partir de métodos. O pólo teórico importa principalmente na construção das hipóteses e na formulação dos objetos científicos, a partir de um quadro de referências que possibilita a interpretação dos fatos e as condições de solução do problema. O pólo morfológico se caracteriza como um quadro de análise, permitindo a construção do objeto científico mediante a confecção de modelos, sistemas e tipologias representativas da realidade. Por fim, o pólo técnico engloba o conjunto de iniciativas que visam o controle da coleta de dados e a comparação com as teorias que motivaram os estudos. Cada pólo delimita a atuação científica em determinado campo metodológico.

Martins (1996), partindo do modelo de Bruyne et. al. (1977) propõe um esquema específico para a compreensão epistemológica no campo da Administração. Este modelo foi desenvolvido mediante o estudo de categorias que emergiram através da análise das dissertações e teses aprovadas nos programas de pós-graduação. Posteriormente, o uso desse modelo e categorias foi replicado por Zanchet, Marques e Martins (2011) em um estudo de análise das publicações de ao longo de uma década (2001-2010) do Congresso USP de

Controladoria e Contabilidade. Assim, para tais autores os estudos podem ser empiristas, positivistas, sistêmicos, funcionalistas, fenomenológicos hermenêuticos ou crítico dialéticos.

As pesquisas empiristas são orientadas por delineamentos experimentais ou quase-experimentais que fazem uso de pré-teste e pós-teste da amostra. Os testes estatísticos de igualdade de médias e análise da variância verificam hipóteses estatísticas que geralmente coincidem com as hipóteses da própria pesquisa. A validação dos resultados é obtida pelo nível de significância adotado nos testes estatísticos, e condições do experimento. A causalidade é concebida como uma relação direta de causa-efeito ou estímulo-resposta. As pesquisas com esse tipo de abordagem metodológica buscam adaptação do método de investigação das "ciências naturais" às "ciências sociais", mais especificamente à pesquisa em Administração.

As pesquisas consideradas positivistas tratam, principalmente, de fazer uso de técnicas de investigação descritivas, isto é, buscam a descrição das características de determinada população ou fenômeno, bem como o estabelecimento de relações entre variáveis e fatos. Há uma distinção muito clara entre valor (expressões culturais que devem ficar fora do interesse do investigador) que não se configuram em conhecimento científico e fato (objeto da ciência). Os estudos nesta abordagem trabalham amostras, coleta de dados, uso de questionários onde predominam questões fechadas e escalas. O tratamento de dados se fundamenta no uso de técnicas estatísticas e, os resultados são validados pelos níveis estatísticos de significância. A concepção de causalidade é entendida como relação entre variáveis dependentes e independentes.

As pesquisas sistêmicas, por sua vez, também possuem bases no positivismo. Utilizam o método hipotético dedutivo e técnicas descritivas para avaliar programas, métodos e afins. A compreensão de causalidade é concebida pela lógica do inter relacionamento de subsistemas com suas variáveis de entrada, de processo e controle e de saída. A validação dos resultados é reforçada pela sistematização e análise dos dados, pela lógica do método hipotético-dedutivo para o tratamento das variáveis antecedentes, processuais e de produto.

Os funcionalistas se apoiam em esquemas básicos do funcionamento de alguns processos de socialização, realizando, assim, um dos pressupostos fundamentais de sua metodologia, que é definida como estrutural funcionalismo, ou seja, admitem que os fenômenos acontecem dentro de formas fixas, devido à estrutura básica geral e comum. As técnicas descritivas aparecem com maior destaque. Da estatística, utilizam-se das distribuições de frequências. A causalidade é concebida como explicação pela causa final, pela intencionalidade das ações, explicação pelas consequências, pela finalidade dos fenômenos.

As abordagens fenomenológico hermenêuticas pouco uso fazem de métodos quantitativos para a análise dos resultados. São exemplos de pesquisa desta natureza: estudos teóricos, bibliográficos (de compreensão e explicação dos fenômenos). O fenômeno é o objeto da investigação fenomenológica, e seu instrumento para buscar o conhecimento é a intuição. A causalidade se relaciona com o objeto em determinado contexto, numa estrutura abrangente (sócio-econômica, política, cultural) que o determina. Os critérios de cientificidade se fundamentam principalmente na reflexão do autor nos momentos dialógicos entre a observação reflexão da situação estudada, e na lógica do círculo hermenêutico da compreensão interpretação para descobrir o significado das mensagens ocultas (o essencial) no aparente.

Finalmente, as pesquisas crítico dialéticas utilizam técnicas bibliográficas e históricas com pesquisas de textos, documentos, registros e dados empíricos priorizando a análise do discurso. A fonte dos estudos críticos dialéticos trabalha categorias de totalidade, contradição, mediação, ideologia e práxis (THIOLLENT, 1981 apud MARTINS, 1996). A causalidade é entendida como a inter relação entre o todo e as partes, entre o texto e o

contexto, o fragmento e o conjunto. A validação da prova científica se baseia na lógica interna do processo de análise e síntese, no referencial teórico que permite explicar a relação do todo com as partes e a recuperação da totalidade no processo de investigação, no método dialético que aborda o fenômeno em suas contradições numa perspectiva histórica e dinâmica.

No entanto, para a análise qualitativa proposta no presente estudo, optou-se pelo modelo desenvolvido por Faria (2012). As dimensões epistemológicas propostas no modelo são positivismo, pragmatismo, funcionalismo, estruturalismo, fenomenologia e materialismo-histórico. Estas compreendem um conjunto de elementos constitutivos independentes necessários a descrição do espaço epistêmico específico que se está definindo. Ressalte-se que, embora cada dimensão esteja delimitada pelos seus elementos constitutivos estes não são exclusivos, combinações específicas podem ser comuns a outras dimensões. Entretanto, cada dimensão é única e não se confunde com as demais. As categorias de análise das dimensões epistemológicas são produção do conhecimento, método de investigação e técnicas de pesquisa, detalhadas em seguida.

A categoria produção do conhecimento é detalhada a partir de elementos constitutivos. Neste caso, são seus elementos constituintes a concepção do conhecimento, a percepção imediata da realidade, a concepção da realidade social e a cognoscibilidade do mundo. No que tange a categoria métodos de investigação, os elementos constituintes são método de produção e análise, objetivo do método, relação entre pensamento e realidade, relação entre essência e aparência dos fenômenos, relação entre sujeito/consciência/objeto/matéria, relação entre objetividade e subjetividade no tratamento do fenômeno. Por fim, com relação às técnicas de pesquisa, são seus elementos constituintes os principais tipos de estudo, principais técnicas de coleta, tratamento e análise de dados da realidade, e critérios de demarcação do campo empírico.

Uma das limitações do modelo de Faria (2011) reside na ausência de outras dimensões epistemológicas (modernismo, empiriocriticismo, pensamento sistêmico, construtivismo, por exemplo) e/ou presença de justaposição de dimensões. Entretanto, nenhuma destas possibilidades se constitui em modelos, quer porque são apenas utilizadas como forma de organização e exposição de resultados de elaboração teórica, ou porque ainda não desenvolveram um corpo epistêmico próprio capaz de defini-las como dimensões. Desta forma, este modelo foi adotado por ter sido identificado como mais conveniente em função de representar especificamente o campo da Administração, bem como sintetiza o conjunto de modelos de caracterização epistemológica anteriormente apresentados.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para que fosse possível a realização do objetivo proposto, desenvolveram-se um conjunto de procedimentos metodológicos que, em virtude de limitações referentes ao tempo e recursos disponíveis para o desenvolvimento deste estudo, acabaram por se configurarem como uma pesquisa bibliográfica de natureza exploratória. Nesse sentido, desenvolveu-se um recorte sobre as publicações acadêmicas dos seminários ENANPAD.

O primeiro critério de escolha da base de dados foi a relevância deste banco no cenário acadêmico da área de Administração, especialmente por se caracterizar como o principal evento de divulgação científica no campo da Administração, além de ser classificada pelo sistema Qualis/CAPES com nível A. Além disto, houve intencionalidade em pesquisar a área de Administração Pública, visto que os pesquisadores atuam especificamente em organizações com este perfil, sendo este um segundo critério estabelecido pelos pesquisadores.

Diante da amplitude do universo de publicações, fez-se a opção, como terceiro critério, por artigos da subárea de Administração Pública denominada “Dimensões

Intraorganizacionais das Organizações Públicas”, tendo em vista que se buscou identificar estudos relacionados ao âmbito interno das organizações e seus aspectos intrínsecos e peculiares. Contudo, considerando que esta subárea foi criada apenas em 2011, mas que derivou de outro conjunto de trabalhos realizados nos anos anteriores, cuja subárea era denominada “Organizações Públicas e as Funções Gerenciais”, resolveu-se optar por inserir também os trabalhos apresentados nos anos de 2009 e 2010, quando existiu tal subdivisão. Assim sendo, o presente estudo engloba os trabalhos dispostos nos anais da ENANPAD referentes aos anos de 2009 a 2012, implicando numa amostra composta por 56 publicações que constituiu o corpus da pesquisa.

Com a demarcação do universo (gênero de documentos sobre os quais se pôde efetuar a análise), seguida à constituição do corpus (conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos). O método adotado foi a análise de conteúdo, abordado por Bardin (2009), cujas fases se organizam em três pólos cronológicos: (1) pré-análise, (2) exploração do material, (3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

A pré-análise é, por característica, não estruturada. A escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentam a interpretação final são missões desta fase e não ocorrem necessariamente nesta sequência. Aliás, podem não ocorrer como é o caso das hipóteses que podem ser formuladas na análise (BARDIN, 2009).

A exploração do material, por sua vez, é a aplicação sistemática das decisões tomadas na pré-análise. Esta fase consiste essencialmente em operações de codificações, decomposição ou enumeração em função de regras previamente formuladas. Sobre esta amostra foi feita uma análise quantitativa e qualitativa, comparando e analisando padrões e tendências encontrados nos artigos, especialmente a partir da descrição do conteúdo exposto no resumo e nos procedimentos metodológicos das publicações, visando identificar a dimensão epistemológica enfatizada pelos autores de modo a se identificar a predominância do conhecimento científico buscado nas pesquisas. Ainda que se reconheçam as limitações das classificações, conforme célebre poema de Jorge Luís Borges exposto na obra de Foucault (2007), sua adoção auxilia a compreensão e o entendimento acerca das distinções epistemológicas, o que levou os autores a adotar alguns modelos metateóricos para estudos epistemológicos. Foram considerados convenientes para este estudo sob a perspectiva da análise qualitativa, tais como Pombo (2013), Bruyne et. al. (1977), Triviños (1992), Martins (1996; 2011) e Faria (2012).

Para a análise qualitativa, o resumo e procedimento metodológico das publicações foram analisados, individualmente, a partir das categorias propostas por Faria (2012), a fim de identificar a respectiva dimensão epistemológica (positivista, pragmatismo, funcionalismo, estruturalismo, fenomenologia e materialismo histórico). As categorias de análise seguiram a ordem: técnicas de pesquisa adotada, método de investigação e produção do conhecimento.

Na sequência, a análise quantitativa, buscou apresentar um panorama situacional dos artigos analisados no que se refere ao tipo de estudo (teórico ou teórico empírico); procedimentos técnicos usualmente utilizados (bibliográfico, análise documental, levantamento, estudo de caso); método de pesquisa abordado (quantitativo, qualitativo, quantitativo qualitativo); técnica de coleta e análise de dados aplicada (entrevista, questionário, observação, análise de conteúdo, análise documental, análise estatística); abordagem epistemológica (positivismo, pragmatismo, funcionalismo, estruturalismo, fenomenologia, materialismo histórico).

Para, por fim, seguir ao tratamento dos resultados, o qual consiste em operações estatísticas simples (percentagens) ou mais complexas (análise fatorial), permitindo estabelecer quadros de resultados, diagramas, figuras e modelos, os quais condensam e põem em relevo as informações fornecidas pela análise (BARDIN, 2009).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para uma melhor compreensão acerca do processo epistemológico na área de administração pública, procedeu-se um levantamento acerca de trabalhos publicados no ENANPAD ocorrido nos anos de 2009 a 2012. A partir de agora serão expostos os principais resultados que puderam ser verificados, tentando se identificar a incidência de abordagens metodológicas e, a partir de uma perspectiva indutiva, verificar a corrente epistemológica utilizada pelos pesquisadores neste campo, conforme a matriz epistemológica de Faria (2011).

Inicialmente, foram realizados um conjunto de etapas qualitativas da pesquisa, envolvendo a análise do conteúdo, visando a identificação da corrente epistemológica seguida pelos autores dos artigos. O procedimento adotado foi: a) leitura do resumo e da metodologia; b) identificação dos elementos metodológicos (procedimentos, métodos, técnicas, etc.); c) comparação dos elementos metodológicos com o disposto na matriz epistemológica; d) registro no campo específico dos elementos metodológicos; e) comparação dos elementos metodológicos com o disposto na matriz epistemológica, visando identificar a categoria mais adequada do artigo em relação ao modelo; f) registro da caracterização identificada. Quando ocorreu alguma limitação no entendimento, por parte dos autores, o procedimento envolveu a leitura integral do artigo. Tal iniciativa visou verificar se eventualmente algum elemento de análise tivesse ausente dos campos estudados (resumo e metodologia), e que possibilitasse a interpretação adequada da proposta de cada obra analisada. Não havendo a identificação do elemento de análise, procedeu-se o registro como não identificado.

Após este processo, partiu-se para a análise quantitativa dos dados obtidos, sob a forma de análise estatística univariada. Objetivou-se quantificar a incidência e a variação dos tipos identificados, como forma de avaliar a evolução dos artigos publicados.

Assim, procurou-se identificar a distribuição das pesquisas analisadas conforme o tipo de estudo. Foram considerados os estudos teóricos, entendidos como aqueles cuja ênfase dada na pesquisa se referiu a revisões bibliográficas, proposição de modelos teóricos e ensaios, e os estudos teórico-empíricos, em que além da base bibliográfica os pesquisadores buscaram evidências mediante o contato com organizações públicas, na forma de experimentos, quase-experimentos, levantamentos, estudos de caso, pesquisa-ação, etc. Conforme exposto na tabela 1, verificou-se ampla presença de pesquisas do tipo teórico-empírico. De certa maneira, o resultado obtido era esperado, considerando que o campo científico da administração se configura como uma ciência aplicada, demandando um volume maior de trabalhos com o perfil identificado. Não obstante, ressalte-se que a presença de ambos os tipos de pesquisa é importante, visto que cada um contribui para a ciência com suas características peculiares.

TABELA 1. DISTRIBUIÇÃO DAS PESQUISAS POR TIPO DE ESTUDO

TIPO	2009	2010	2011	2012	TOTAL	TOTAL %
TEÓRICO	2	1	1	0	4	7%
TEÓRICO-EMPÍRICO	8	22	14	8	52	93%
NÃO IDENTIFICADO	0	0	0	0	0	0%
TOTAIS	10	23	15	8	56	100%

Fonte: ENANPAD, Anais de 2009 a 2012.

Outro aspecto levantando com o presente estudo se referiu ao procedimento metodológico identificado nas pesquisas. Observou-se que, no tocante a esta variável, os resultados poderiam identificar procedimentos mistos, levando a categorização de modo a distingui-los dos procedimentos originais. Desta forma, os resultados expostos na tabela 2 indicam uma maior incidência de pesquisas com procedimentos metodológicos do tipo descritivo e exploratório, em suas categorias isoladas.

TABELA 2. DISTRIBUIÇÃO DAS PESQUISAS POR PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

TIPO	2009	2010	2011	2012	TOTAL	TOTAL %
DESCRITIVA	3	8	5	5	21	38%
EXPLORATÓRIA	3	6	6	2	17	30%
EXPLICATIVA	0	0	1	0	1	2%
DESCRITIVO-EXPLORATÓRIO	2	3	2	0	7	13%
DESCRITIVO-EXPLICATIVO	2	0	1	0	3	5%
DESCRITIVO-EXPLICATIVO-EXPLORATÓRIO	0	0	0	1	1	2%
NÃO IDENTIFICADO	0	6	0	0	6	11%
TOTAIS	10	23	15	8	56	100%

Fonte: ENANPAD, Anais de 2009 a 2012.

Também se procurou analisar os procedimentos técnicos utilizados nas pesquisas. Para tanto, foram consideradas as observações em que em um mesmo estudo os pesquisadores utilizaram mais de um tipo de procedimento técnico, extrapolando assim o número de observações em relação ao número de trabalhos analisados. Como resultado, apresentado na tabela 3, foi verificado um equilíbrio entre os procedimentos técnicos, com pequeno destaque para os estudos de caso e os de caráter bibliográfico e/ou documental.

TABELA 3. DISTRIBUIÇÃO DAS PESQUISAS POR PROCEDIMENTO TÉCNICO

TIPO	2009	2010	2011	2012	TOTAL	TOTAL %
BIBLIOGRÁFICO	5	11	6	4	26	26%
LEVANTAMENTO - <i>SURVEY</i>	2	3	7	4	16	16%
DOCUMENTAL	4	9	7	6	26	26%
ESTUDO DE CASO	4	12	9	3	28	28%
EMPÍRICO	0	2	0	0	2	2%
NÃO IDENTIFICADO	0	1	0	0	1	1%
TOTAIS	15	38	29	17	99	100%

Fonte: ENANPAD, Anais de 2009 a 2012.

Foram levantados os dados acerca do método de pesquisa adotado, dispostos na tabela 4. Neste aspecto, foi considerada como categoria de análise os estudos de natureza híbrida, definidos como qualitativo-quantitativo, independente dos tipos específicos isolados. Foi verificada uma maior presença das pesquisas do tipo qualitativo.

TABELA 4. DISTRIBUIÇÃO DAS PESQUISAS POR MÉTODO DE PESQUISA

TIPO	2009	2010	2011	2012	TOTAL	TOTAL %
QUALITATIVO	6	14	7	5	32	57%
QUANTITATIVO	2	8	2	2	14	25%
QUALI-QUANTI	2	1	6	1	10	18%
NÃO IDENTIFICADO	0	0	0	0	0	0%
TOTAIS	10	23	15	8	56	100%

Fonte: ENANPAD, Anais de 2009 a 2012.

No tocante as técnicas de coleta e análise dos dados os valores identificados extrapolaram o número de estudos analisados. Isso se deve ao fato de que podem ter sido observados mais de um tipo em uma mesma pesquisa, o que ocorreu em parte das pesquisas. Com relação especificamente a técnica de coleta de dados, os números apresentados na tabela 5 indicam a adoção em maior intensidade da entrevista e de consulta a documentos. No que se refere às técnicas de análise dos dados, verificou-se, conforme a tabela 6, verificou-se como destaque a análise documental, seguida pela análise de conteúdo, que demonstra crescimento em sua participação nos últimos anos.

TABELA 5. DISTRIBUIÇÃO DAS PESQUISAS POR TÉCNICA DE COLETA DE DADOS

TIPO	2009	2010	2011	2012	TOTAL	TOTAL %
DOCUMENTO - DADO SECUNDÁRIO	8	15	4	3	30	35%
ENTREVISTA	4	10	10	7	31	36%
QUESTIONÁRIO	1	6	3	3	13	15%
OBSERVAÇÃO	0	3	1	2	6	7%
NÃO IDENTIFICADO	0	2	4	0	6	7%
TOTAIS	13	36	22	15	86	100%

Fonte: ENANPAD, Anais de 2009 a 2012.

TABELA 6. DISTRIBUIÇÃO DAS PESQUISAS POR TÉCNICA DE ANÁLISE DE DADOS

TIPO	2009	2010	2011	2012	TOTAL	TOTAL %
ANÁLISE DOCUMENTAL	8	15	4	3	30	49%
ANÁLISE DE CONTEÚDO	3	5	7	4	19	31%
ANÁLISE ESTATÍSTICA	2	0	2	0	4	7%
NÃO IDENTIFICADO	0	2	4	2	8	13%
TOTAIS	13	22	17	9	61	100%

Fonte: ENANPAD, Anais de 2009 a 2012.

Por fim, a partir da consideração das variáveis acima apresentadas e utilizando a matriz epistemológica de Faria, foi possível identificar as abordagens epistemológicas adotadas pelos pesquisadores. Na tabela 7 é possível verificar a maior concentração de estudos focados nas perspectivas funcionalista e positivista. Contudo, observa-se o surgimento, a partir de 2011, de estudos de caráter fenomenológico e crítico-materialista.

TABELA 7. DISTRIBUIÇÃO DAS PESQUISAS POR ABORDAGEM EPISTEMOLÓGICA

TIPO	2009	2010	2011	2012	TOTAL	TOTAL %
POSITIVISMO	3	8	6	2	19	34%
PRAGMATISMO	2	2	0	2	6	11%
FUNCIONALISMO	4	13	5	1	23	41%
ESTRUTURALISMO	1	0	1	2	4	7%
FENOMENOLOGIA	0	0	3	0	3	5%
MATERIALISMO HISTÓRICO	0	0	0	1	1	2%
NÃO IDENTIFICADO	0	0	0	0	0	0%
TOTAIS	10	23	15	8	56	100%

Fonte: ENANPAD, Anais de 2009 a 2012.

A partir da predominância de estudos positivistas e funcionalistas pode-se inferir que tais estudos têm a convicção de que é possível ter acesso e descrever a realidade em sua totalidade (FOERSTER, 1996):

“O principal objetivo do presente estudo foi verificar se as ferramentas de TI utilizadas na Central de Liquidação de Despesa – CLD da xx estão adequadas aos princípios do controle da execução da despesa pública, bem como quais as características, em grau de importância, para os auditores que deve estar presente em tal ferramenta (trecho artigo 604, positivista)”.

“Esta pesquisa teve por objetivo apreender e analisar o perfil de competências dos Chefes das Unidades descentralizadas de XX no Brasil, nos Setores XX e Unidades Técnico-Científicas XX, segundo a teoria de competências (trecho do artigo 3340, positivista)”.

Além disto, a análise qualitativa também remete à reflexão de Morin (2005) acerca da predominância de certos aspectos na epistemologia da ciência: será que a epistemologia já está “tecnologizada”, por vezes é conveniente utilizar métodos e técnicas já validados em pesquisas anteriores promovendo uma verdadeira circularidade na produção científica. Vale ressaltar que a tecnologia baseia-se na racionalidade e funcionalidade enquanto a sociedade é permeada de desordem, aleatoriedade e conflitos pouco proeminentes nas produções científicas. Tem-se um o trecho abaixo para ilustrar tal incoerência:

“Para cumprir este objetivo, optou-se pela pesquisa descritiva longitudinal que permite, segundo Hair (2005), mapear elementos administrativos de modo que suas tendências sejam observadas cronologicamente (trecho do artigo 1984, funcionalista)”

Com base nos dados acima apresentados, torna-se possível verificar a situação atual da pesquisa em administração pública. Percebe-se, pelas características apontadas que ainda existe um distanciamento do conjunto de estudos realizados e a possibilidade de identificação das demandas formuladas pela sociedade para formulação de políticas públicas. Para melhor

explicitar tais idéias, serão apresentadas em seguida as considerações finais do corrente trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão da tipologia e do caráter epistemológico das pesquisas em administração pública nos últimos quatro anos levou a algumas reflexões. A primeira é considerar que a influência da base histórica da administração em si, centrada nas raízes positivistas e funcionalistas, ainda predomina nas abordagens científicas tal como visto nos resultados com maior inclinação para adoção de posições pós-positivistas e funcionalistas ainda que os estudos qualitativos sejam os preferidos. A segunda reflexão que se faz é sobre a baixa incidência de estudos fenomenológicos e crítico materialista.

Ambas as reflexões, a partir da inferência dos dados, permitem a elaboração de proposições: (1) a pesquisa científica em administração pública ainda é predominantemente influenciada por sua base positivista e funcionalista; (2) o contexto social ou societal não é considerado para a compreensão dos fenômenos das pesquisas científicas em administração pública dada a baixa incidência de pressupostos fenomenológicos e crítico materialista.

Diante dos resultados, surgiram inquietações para uma agenda de futuras pesquisas: será que essa predominância de posições funcionalista e pós-positivista é predominante em outras áreas da Administração como administração da informação, estudos organizacionais, estratégia em organizações, gestão de pessoas e relações de trabalho, marketing? Quais seriam os pressupostos epistemológicos e ontológicos adotados pelos avaliadores dos trabalhos submetidos ao ENANPAD? Caso estes posicionamentos coadunem com as características também adotadas pelos artigos publicados, talvez isto tenha influência sobre os tipos de trabalhos aprovados. Interessante também realizar estudo similar em diferentes periódicos nacionais a fim de ampliar e discutir os resultados ora apresentados. Ressaltando o pensamento de Latour (2000) sobre o processo de pesquisa científica, pessoas falam sobre ciência, de sua solidez, seu fundamento, seu desenvolvimento ou seus perigos, mas, infelizmente, quase ninguém está interessado no processo de construção da ciência.

Outra proposta é a elaboração de uma matriz ou modelo para a análise epistemológica que contemple uma dimensão pós-moderna. Ainda que neste estudo não se tenha verificado a identificação de pesquisa com tal abordagem, verificou-se uma oportunidade emergente, pois, a revisão teórica preliminar elaborada para a concepção desta pesquisa não apontou um modelo, matriz ou proposta que considere os estudos pós-modernos.

Tem-se como limitação desta pesquisa a utilização de categorias pré-definidas, pois não houve a proposição de novas categorias, discussão sobre a ampliação e alteração do modelo adotado de Faria (2012). Como também, diferente da análise de conteúdo aplicada a partir das dimensões epistemológicas que consistiu em uma análise mais aprofundada e reflexiva, a análise acerca dos procedimentos metodológicos, procedimentos técnicos, métodos de pesquisa e técnicas de análise de dados residiu nas informações declaradas pelos autores das publicações. Assim, a caracterização das publicações analisadas no que diz respeito aos itens mencionados limitou-se a identificação dos aspectos explicitamente declarados pelos autores. Por fim, este estudo pode ser útil a profissionais e pesquisadores da área de administração, administração pública, epistemologia e ontologia.

REFERÊNCIAS

ABREU, J. C. A. de. Modelos epistemológicos na administração pública: o discurso substantivo em Habermas acerca da democracia na sociedade da informação. **Administração Pública e Gestão Social (APGS)**, Minas Gerais, v.2, n.1, p. 1-20, jan./mar. 2010.

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **Construindo o Estado republicano: democracia e reforma da gestão pública**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- BRUYNE, P.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M.; **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- CAPOBIANCO, R. P. et al. Reformas administrativas no Brasil: uma abordagem teórica e crítica. **Revista de Gestão da USP (REGE)**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 61-78, jan./mar. 2013
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede – a era da informação: economia, sociedade e cultura**, vol. I. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- COSTA, G. P. da. **Heranças patrimonialistas, (dis)funções burocráticas, práticas gerenciais e os novos arranjos do estado em rede: entendendo a configuração atual da administração pública brasileira**. 253f. Tese (Doutorado em administração) - Fundação Getulio Vargas - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Rio de Janeiro, 2012.
- DENHARDT, R. B. **Teorias da administração pública**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.
- DUTRA, L. H. de A. **Introdução à Teoria da Ciência**. 2.ed. Florianópolis: UFSC, 2003.
- FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3. ed. São Paulo: Globo, 2001.
- FARIA, José Henrique de. Dimensões da Matriz Epistemológica em Estudos em Administração: uma proposição. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO – ANPAD, XXXVI, 2012, Rio de Janeiro. Anais.
- FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. 9.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- FOERSTER, H. V. Visão e conhecimento: disfunções de segunda ordem. In: SCHNITMAN, D. F. (Org.). **Novos paradigmas, cultura e subjetividade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p. 59-74.
- GUERRA, L. C. B.; MENDONÇA, C. M. C.; FERNANDES; A. S. A.; SOUZA NETO, M. V. Análise epistemológica da nova administração pública à luz de Kuhn e Popper. **Revista de Administração da UNP (RAUNP)**, Natal, ano IV, n. 1, p. 43-53, out. 2011/mar. 2012.
- HOCHMAN, G. A ciência entre a comunidade e o mercado: leituras de Kuhn, Bourdieu, Latour e Knorr-Cetina. In: PORTOCARRERO, Vera. (Org.). **Filosofia, história e sociologia das ciências**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.
- HOLANDA, S. B. de; CANDIDO, A. **Raizes do Brasil**. Rio de Janeiro: J. Olimpio, 1984.
- KUHN, T. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- LATOUR, B. **Ciência em Ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: UNESP, 2000.
- MADUREIRA, C.; RODRIGUES, M. **A Administração Pública do século XXI: Aprendizagem organizacional, mudança comportamental e reforma administrativa**. Lisboa, v. 12, n. 2, p. 153-171, 2006.

MARTINS, G. de A. Epistemologia da Pesquisa em Administração. In: ASAMBLEA ANUAL CLADEA – REUNIÃO DO CONSELHO LATINO AMERICANO DE ESCOLAS DE ADMINISTRAÇÃO, XXXI, 1996, Santiago, Chile. Anais.

MEDEIROS, P. R. Do modelo racional-legal ao paradigma pós-burocrático: reflexões sobre a burocracia estatal. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v.13, n. 37, p. 143-160, abr./jun., 2006.

MORIN, E. **Ciência com Consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

NOBRE, M. **Choque de democracia: razões da revolta**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2013.

OSBORNE, D.; GAEBLER, T. **Reinventando o governo: como o espírito empreendedor está transformando o setor público**. Brasília: MH Comunicação, 1995.

PAULA, A. P. P. de. **Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

POMBO, O. **Apontamentos sobre o conceito de epistemologia e o enquadramento categorial da diversidade de concepções de ciência**. Disponível em: <www.cfc.ul.pt/equipa/olga%20pombo/opombo.html>. Acessado em: 10/07/2013.

POPPER, K. R. **A Lógica da pesquisa científica**. 12. ed. São Paulo: Cultrix, 2006. p. 46-50.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1992.

WEBER, M. **Economia e Sociedade**. Brasília: Editora UnB, 1999.

ZANCHET, A.; MARQUES, C. M.; MARTINS, G. A. Epistemologia das Abordagens Metodológicas na Pesquisa Contábil: do Normativismo ao Positivismo. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO – ANPAD, XXXV, 2011, Rio de Janeiro. Anais.